

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i35.1028>*O ESTADÃO CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015)¹**THE ESTADÃO AGAINST THE DILMA ROUSSEFF ECONOMIC POLICY (2011-2015)**EL DIARIO “ O ESTADÃO ” CONTRA LA POLÍTICA ECONÓMICA DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015)*

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6189-4971>

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Marabá/Pará/Brasil
cassionl@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo narra e discute o posicionamento contrário do jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) à política econômica da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015). Para tanto, utiliza como fonte os editoriais publicados pelo periódico no período, em debate com parte da bibliografia pertinente ao tema. A hipótese inicial é que o jornal manteve sua histórica postura pró-neoliberal e anti-estatizante para se opor à presidenta no plano econômico e, conseqüentemente, fazer-lhe oposição política. Ao defender o afastamento de Dilma via impeachment, o jornal abusou da narrativa alarmista sobre um suposto desastre econômico promovido pela presidenta, em especial, por conta das “pedaladas fiscais”.

Palavras-chave: Dilma Rousseff. Estadão. Economia.

Abstract: This article narrates and discusses the position of the newspaper *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) about the economic policy of President Dilma Rousseff (2011-2015). To do so, we used as our source the editorials published by the periodical throughout these years, in debate with part of the bibliography relevant to the theme. The initial hypothesis is that the newspaper maintained its historic pro-neoliberal and anti-statist stance to confront the president on an economic level and, consequently, to politically oppose her. In defending Dilma's removal via impeachment, the newspaper abused the alarmist narrative about an alleged economic disaster promoted by the president, in particular, on account of "fiscal pedaling".

Keywords: Dilma Rousseff. Estadão. Economy.

Resumen: Este artículo narra y discute la posición del periódico “O Estado” de São Paulo frente a la política económica de la presidenta Dilma Rousseff (2011-2015). Para esto, se utiliza como fuente los editoriales publicados por el diario en el período, en debate con parte de la bibliografía relevante al tema. La hipótesis inicial es que el periódico mantuvo su histórica postura neoliberal y antiestatista para oponerse a la presidenta en el plano económico y, en consecuencia, hacerle oposición política. Al defender la destitución de Dilma por medio de un juicio político, “O Estadão” se valió del relato alarmista sobre un supuesto desastre económico promovido por la presidenta, en específico, por las “pedaladas fiscales”.

Palabras clave: Dilma Rousseff. Estadão. Economía.

¹ Artigo submetido à avaliação em julho de 2022 e aprovado para publicação em dezembro de 2022.

Introdução

A pesquisadora Marialva Barbosa aponta que, a partir de meados dos anos 1970, percebe-se nos grandes jornais diários do país “[...] o avanço dos temas econômicos, tornando a editoria de Economia uma espécie de carro chefe de diversas publicações” (BARBOSA, 2007, p. 221). Segundo Barbosa, vários fatores contribuem para esse novo cenário nos jornais brasileiros: a dificuldade de fazer jornalismo investigativo sobre a conjuntura política em tempos de ditadura; o alinhamento da imprensa à narrativa política de sucesso econômico da ditadura; nos anos 1980, a conjuntura histórica de adoção do paradigma neoliberal e, na década seguinte, a consolidação do processo de globalização. Assim:

Os meios de comunicação são fundamentais para a divulgação de cenários econômicos dominantes, desempenhando papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia liberal de mercado, fabricando o consenso sobre a superioridade das economias abertas e insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais [...] a tese da globalização legitima a ocupação de novos espaços pelo capital financeiro mundial, especialmente nos países periféricos, sob o argumento de que se trata de um desenvolvimento natural das forças produtivas (BARBOSA, 2007, p. 224).

O objetivo deste artigo é analisar o posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) diante da política econômica do governo de Dilma Rousseff, até o final do ano de 2015². Procuramos responder ao questionamento se o jornal manteve sua postura histórica de apoio ao liberalismo/neoliberalismo e de oposição às ações do Estado na economia, bem como levantar em quais argumentos o periódico se apoiou para isso. (GUILHERME, 2018a). Para tanto, este artigo utiliza como fonte os editoriais publicados pelo jornal em sua página A3 entre os anos de 2011 e 2015, em diálogo com parte da bibliografia recém publicada sobre o tema.

Já está consolidada na historiografia o uso de fontes jornalísticas para pesquisas. No Brasil, os escritos de Tania Regina de Luca (2011) são referências nesse sentido, bem como os de Maria Helena Capelato (2014), uma das pioneiras no uso desse tipo de fonte. Em trabalho mais recente, Luiz Dias e Rafael Souza (2018) defendem o uso da imprensa em pesquisas de história do tempo presente. Eles reforçam que a imprensa não é neutra, mas carrega os interesses e as expectativas dos grupos econômicos que a financiam e que, mesmo assim, o estudo da imprensa se mostra como importante para avaliar a opinião do periódico. Os mesmos autores indicam que a imprensa brasileira teve papel de destaque no desgaste da

² O recorte até 2015 se deve ao fato de que, após a admissão do processo de impeachment em dezembro de 2015 e a troca de comando no Ministério da Fazenda no mesmo mês, o governo e a imprensa, se concentraram mais na pauta política que na econômica.

popularidade de Dilma ao: desconstruir os programas sociais do lulismo; justificar a legitimidade de um impeachment, com base em “pedaladas fiscais” que seriam as responsáveis pelo “[...] pior momento [econômico] da história do Brasil” (DIAS; SOUZA, 2018, p. 33). Nesse contexto, o *Estadão* foi o jornal que agiu de “[...] forma mais aberta” (DIAS; SOUZA, 2018, p. 38) no alarmismo antipetista.

Algumas teses/conceitos serão bastante reportadas neste trabalho, merecendo, por isso, uma breve consideração. André Singer (2012; 2018) conceitua como lulismo a orientação político-econômica adotada pelos governos Lula da Silva, que, ao manter o tripé macroeconômico³ herdado do governo FHC, e diante de conjuntura econômica internacional favorável até 2008, permitiu a adoção de medidas que reduziram a pobreza e ativaram o mercado interno sem confronto com o capital financeiro ou industrial. Tendo partido de grau histórico de elevado desprezo público pelos miseráveis, as políticas lulistas tiveram o poderoso efeito de reduzir a pobreza, ativar o mercado interno e reduzir o desemprego. Ao apostar em uma política de reformismo suficientemente fraco, o lulismo se apoiou na arbitragem das classes beneficiadas pela política do “ganha-ganha”: ganha o trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, consome e melhora a sua qualidade de vida; ganha a burguesia que lucra comercialmente e vê o arrefecimento das lutas de classe; ganha o capital financeiro, que mantém o seu quinhão no orçamento para receber os juros da dívida pública. A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi eleita para manter esse pacto político, econômico e social.

Na perspectiva de Armando Boito Jr. (2018), a grande burguesia brasileira é explicativamente dividida em duas grandes frações: “interna” que reúne setores variados como industriais, bancos, setores do agronegócio e construção civil, unidos pelo temor de serem engolidos pelos grupos estrangeiros e, por isso, demandam proteção do Estado; e a fração “associada/integrada” ao capital estrangeiro, seja ele industrial ou financeiro. Assim, o autor recusa pensar a burguesia como um bloco de interesses homogêneos, mas sim dividida em frações, de modo flexível e instável. Se nos governos FHC a grande burguesia associada ao capital financeiro internacional foi a fração hegemônica no bloco do poder e beneficiada pelas políticas econômicas, o governo Lula promoveu uma complexa operação política que permitiu à grande burguesia interna alterar a sua posição no bloco no poder e se tornar a fração hegemônica. As políticas econômicas do lulismo são conceituadas por Boito Jr. como “neodesenvolvimentistas”, ou seja, é o desenvolvimentismo possível na conjuntura neoliberal

³ Conforme Laura Carvalho (2018), a definição clássica de “tripé macroeconômico” reúne: responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante.

que propicia o crescimento econômico com alguma distribuição de renda. Porém, ele lembra que, como toda frente heterogênea, a neodesenvolvimentista, formada por essa fração da burguesia interna e sindicatos, além de trabalhadores informais, estava eivada de contradições internas. Em um cenário de crise econômica, tais contradições afloram, e o bloco do poder sofre várias rachaduras, levando as frações burguesas à união contra as pautas sociais e trabalhistas.

A pauta econômica do *Estadão* na Nova República

Como mostra em detalhes a pesquisa de Francisco Fonseca (2005) sobre a pauta econômica dos quatro maiores jornais diários do país nos anos 1980, todos eles atuaram para forjar um consenso em torno da agenda neoliberal para a única possibilidade de o Brasil sair da crise econômica herdada do período de Ditadura Militar. No que diz respeito ao *Estadão*, em sua cosmovisão⁴, caberia somente à iniciativa privada a produção de riquezas e nunca ao Estado. O “mercado” é sempre visto de forma positiva, verdadeira essência da atividade humana. Ao Estado, caberia apenas o papel suplementar de incentivos fiscais e investimento na infraestrutura, mas principalmente, como garantidor da “ordem” ante as agitações populares e trabalhistas. Fonseca mostra que o jornal atua diariamente na construção de um consenso na opinião pública em favor da agenda econômica ultraliberal. Uma vez que no periódico não há pluralismo de ideias ou debate sobre o tema, a sua “[...] luta ideológica desnuda-se ao procurar provar a superioridade do liberalismo em relação ao socialismo” (FONSECA, 2005, p. 188).

Fonseca (2005) aponta ainda que, ao buscar dirigir o empresariado, o *Estadão* atua como “Partido do Capital”, no sentido gramsciano do termo. Gramsci (2001) é também referencial teórico basilar desta pesquisa, em especial, os conceitos que ajudam a entender a imprensa como um “aparelho privado” na luta pela hegemonia burguesa, ao propagar um “consenso” ideológico. O jornal criticava os empresários que procuravam o Estado em busca de juros subsidiados ou políticas de proteção aos produtos nacionais. Assim, pretendia inculcar neles a “consciência de classe” para que atuassem como “classe dirigente”. Além disso, *OESP* enxergava na classe média o elemento chave de sua narrativa pelo consenso à agenda neoliberal. “Na ‘guerra de trincheiras’, em que o jornal se encontra envolvido, a classe média

⁴ Conforme definição do Dicionário Michaelis online: “Sistema pessoal de ideias e sentimentos acerca do Universo, concepção do mundo”.

seria um posto avançado” (FONSECA, 2005, p. 192), o celeiro de “líderes” com objetivo de espalhar o consenso em torno da ideologia neoliberal.

Para o *Estadão*, a intervenção do Estado na economia é causadora de crise econômica, pois gera déficit e inflação. Mostra Fonseca (2005) que a narrativa de que o país precisa aderir à tendência mundial de reformas liberalizantes era recorrente nos editoriais. Os liberais eram associados à modernidade e os intervencionistas rotulados como atrasados e antimodernos. O mesmo autor aponta que, para defender a ideologia neoliberal, o jornal generalizava os argumentos e ocultava informações que não interessariam ao objetivo de conquista da hegemonia ideológica.

No trabalho de propaganda ideológica, a grande imprensa costuma simplificar o debate de forma maniqueísta. Para o *OESP*, os adversários do neoliberalismo viam o mundo por uma lente ideológica, enquanto o jornal se pretende portar como observador imparcial na defesa da agenda neoliberal. Assim, apontou diversas vezes o neoliberalismo e as privatizações como a única agenda possível para o Brasil pós-ditadura. Fonseca (2005) argumenta que, para a efetivação desta estratégia retórica, os editoriais apresentam baixa densidade analítica, argumentos frágeis e pouco fundamentados, retórica catastrofista, descontextualização histórica, complexo de imagens e fraseologias exageradas e sofismáticas. Inexistia, em suas páginas, toda a complexidade do funcionamento da economia. Na cosmovisão do *Estadão*, não há males na iniciativa privada e é dever dos meios de comunicação denunciar os males da estatização.

Forjado o consenso à agenda neoliberal, a grande imprensa uníssona apoiou o Plano Real lançado pelo presidente Itamar Franco. Desde então, *OESP* estendeu seu apoio a todos os governos e candidatos do PSDB, por representarem a agenda neoliberal contra o que considera populismo intervencionista dos governos e candidaturas do PT. Ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial “Urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “[...] seguir por este caminho é fundamental”⁵. Nos governos Lula, houve certa tolerância inicial, vez que nos primeiros anos, o presidente manteve parte da política econômica herdada. Porém, desde a crise política do mensalão, as políticas econômicas neodesenvolvimentistas e de intervenção do Estado no impulso da economia, foram todas criticadas pelo jornal.

⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 36.875, 4 out. 1994. p. 3.

O caderno de Economia e Negócios é o principal espaço publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Entre todos, é o que possui o maior número tanto de páginas diárias (entre 10 e 20) quanto de artigos de opinião, entrevistas, gráficos, reportagens e propagandas. O *Estadão* é um jornal de economia e negócios e serve de porta-voz para o segmento debater e propagandear seus interesses econômicos e políticos. Todos os atores que assinam artigos ou são entrevistados nesse espaço são ligados ao capital financeiro ou empresarial nacional e internacional. Nunca trabalhadores ou atores ligados ao movimento sindical são ouvidos pelo periódico. A narrativa encontrada é de louvação ao livre mercado, de defesa irrestrita do neoliberalismo e de críticas à atuação do Estado na economia. O “consenso forjado”, que Francisco Fonseca (2005) identificou na narrativa midiática dos anos 1980, permanece ativo nas páginas do *Estadão* no século XXI.

O *Estadão*, em autopropaganda, apresenta-se como um jornal “do segmento de economia e negócios”. Por exemplo, em janeiro de 2016, duas propagandas de página inteira são direcionadas ao meio empresarial e financeiro: “Mostre para o mercado que você enxerga longe”; “Os resultados da sua empresa precisam ser transparentes e não invisíveis”. O jornal é direto: “[...] garanta visibilidade na hora de publicar os atos societários e os resultados de sua empresa no jornal que vai muito além do papel: *Estadão*”. Segundo a propaganda, o *OESP* “[...] oferece a melhor cobertura econômica em relação aos jornais do segmento de economia e negócios”. O jornal se dizia possuidor de mais leitores do que os jornais concorrentes nesse segmento de economia e negócios: 1,4 milhões contra 244 mil do “concorrente A” e 24 mil do “concorrente B”. Estimava que só o seu caderno de Economia e Negócio possuía cerca de 498 mil leitores diários, contra 142 mil do “[...] principal concorrente do segmento de economia e negócios”. Além disso, o jornal ainda oferecia na propaganda a divulgação dos balanços das empresas no serviço de Broadcast econômico que o jornal mantém on-line⁶.

Vale salientar a ênfase na questão econômica para indicar que é acompanhada por grande quantidade de editoriais dedicados ao tema. A hipótese aqui é que a cobertura política do jornal serve para cobrar adesão à agenda econômica neoliberal. Em geral, o jornal alarma o suposto perigo de uma inflação descontrolada para defender que o Estado reduza os seus investimentos públicos, promova grandes cortes no Orçamento, faça um ajuste fiscal, encampe uma “reforma da previdência” e diminua a participação do BNDES na promoção da economia⁷. A histórica cosmovisão do periódico de que não é o setor público quem deve puxar o crescimento econômico, mas o setor privado, é continuamente repisada nos editoriais

⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.655, 21 jan. 2016. p. B16 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.662, 28 jan. 2016. p. B6.

⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.988, 29 jun. 2011. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.119, 7 nov. 2011. p. A3.

aqui exemplificados. Ao mesmo tempo, cobra investimentos públicos na área da infraestrutura e medidas que promovam maior competitividade para as indústrias nacionais, bem como uma “reforma trabalhista” que serviria para diminuir os custos da produção e, supostamente, impulsionar a geração de empregos.

A economia sob o lulismo

Contextualizando, a economista Laura Carvalho (2018) apontou os pilares para o que chamou de “milagrinho” econômico do governo Lula: distribuição de renda; acesso ao crédito e investimentos públicos, beneficiados pelo período de alta nos preços internacionais das commodities. Em resumo, foram os investimentos do Estado os responsáveis por estimular a demanda/consumo internos, que impulsionaram a produção industrial da iniciativa privada e resultaram no aumento da arrecadação de impostos pelo Estado. Um círculo virtuoso, mesmo no contexto de crise mundial de 2008 e 2009. Para a implementação dessas políticas econômicas, em tese de Armando Boito Jr., se formou uma “frente neodesenvolvimentista” na qual a “grande burguesia interna” era dirigente e principal beneficiária, tendo apoio da “[...] baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal” (BOITO JR, 2018, p. 103), que recebiam marginalmente os frutos econômicos desta frente. Politicamente, a frente era liderada pelo PT em contraposição à “frente neoliberal”, dirigida pela burguesia financeira e internacionalizada com apoio da classe média tradicional, grande imprensa e politicamente liderada pelo PSDB.

Segundo a tese de Carvalho, no governo da presidenta Dilma Rousseff, “[...] houve um deslocamento nos objetivos, na amplitude e no volume de recursos” destinados pelo Estado ao estímulo econômico que “[...] deu lugar a uma estratégia baseada nos incentivos ao setor privado”, via desonerações, política monetária, fiscal e creditícia (CARVALHO, 2018, p. 40). Quando Dilma assumiu, havia o debate sobre o esgotamento ou não dos pilares que possibilitaram o crescimento econômico sob os governos Lula. Conforme aponta, eram evidentes os limites do modelo lulista que precisavam ser encarados pelo novo governo: baixa competitividade da indústria brasileira ante os produtos importados, em especial por conta do dólar baixo e da falha infraestrutura nacional, o que demandava uma nova política industrial; a inflação dos serviços resultante da rápida expansão salarial que possibilitou a ascensão econômica e social de milhares de brasileiros que passaram a consumir serviços que eram exclusivos da classe média tradicional; concentração de renda no

topo da pirâmide econômica, em especial por conta da alta taxa de juros que fazia escoar a riqueza nacional para o setor financeiro.

Dilma eleita e o jornal cobra adesão à pauta neoliberal (2011)

Como aponta Boito Jr., o que mantinha a “grande burguesia interna” unificada na “frente neodesenvolvimentista” liderada pelo lulismo era a “[...] reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital internacional” (BOITO JR., 2018, p. 161). Assim, em maio de 2011, a FIESP e as centrais sindicais CUT e Força Sindical entregaram ao governo o documento “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”. Nele, reconheceram a importância dos pilares do “milagrinho” de Lula, mas apresentaram um conjunto de propostas que visava o desenvolvimento da indústria nacional, ameaçada pela concorrência da mundialização econômica, em especial dos produtos chineses. A partir de agosto de 2011, o governo começou a implementar a “Nova Matriz Econômica” que Laura Carvalho (2018) prefere chamar de “agenda FIESP”: redução dos juros Selic⁸; desvalorização do real; contenção de investimentos do Estado; desonerações tributárias; expansão do crédito do BNDES; represamento das tarifas de energia. Em editorial, o *Estadão* chamou de “promiscuidade tripartide” a aproximação e as propostas de FIESP e centrais sindicais com o governo. O jornal reconheceu a necessidade de proceder desonerações tributárias, mas se insurgiu contra a proposta de reduzir a taxa de Juros Selic e reforçou aquilo que, para ele, era a questão central a permitir mais competitividade à indústria nacional: “[...] o governo terá que rever seus gastos [...] ser austero”⁹.

Ao longo do ano, o *OESP* criou grande expectativa por cortes orçamentários no governo federal e cobrou isso insistentemente. Em 28 de fevereiro, o governo anunciou o corte de R\$ 50,1 bilhões. Nos editoriais, o *Estadão* insinuou uma “herança maldita” deixada por Lula à Dilma: a alta nos gastos públicos. Os editoriais reclamaram que o ex-presidente Lula e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fizeram “populismo orçamentário”, resultando em inflação e “[...] dívida bruta do setor público”. Assim, o jornal cobrou obstinadamente que

⁸ A Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. A Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para tentar controlar a inflação. Ela influencia todas as demais taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

⁹ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.9653, 25 maio 2011. p. A3.

Dilma usasse “[...] uma enorme tesoura fiscal” para cortar o orçamento público e garantir o superávit¹⁰.

O aquecimento do mercado interno cimentou o terreno para que a grande imprensa fizesse o tema da inflação tomar conta do noticiário econômico. Como apontou em trabalho recente, para a historiadora Christiane Laidler, qualquer aumento mínimo na inflação se transformava “[...] em justificativa para garantir a remuneração do capital” (LAIDLER, 2018, p. 158) via aumento da taxa de Juros Selic¹¹. A imprensa burguesa, então, abriu espaço para que “[...] o exército mercenário de comentadores dos panfletos publicitários do mercado entra em cena em nome do poder de compra do pobre” (LAIDLER, 2018, p. 246). A autora mostra que, desde os governos FHC, a alta na taxa Selic foi justificada para segurar a inflação. Na teoria econômica ortodoxa, ao inibir o crédito e o consumo, a alta Selic reduziria a demanda e por consequência a inflação. É a Teoria Quantitativa da Moeda. Embora a historiadora argumente que tal teoria carece de comprovação empírica, a imprensa burguesa associada ao mercado financeiro, principal beneficiário da alta Selic, promove intensa histeria contra qualquer mínimo aumento na inflação.

É possível observar o enorme destaque dado pelos editoriais do *Estadão* ao tema. Foram dezenas de textos exclusivos para falar de uma suposta escalada inflacionária, enquanto em outra dezena deles o assunto foi sempre resgatado para defender a pauta do ajuste fiscal. O tom do jornal foi sempre apavorante: “[...] a inflação avança no bolso dos brasileiros, cada vez mais alarmante” diante de “números assustadores”. Toda a discussão sobre inflação seguiu a mesma lógica argumentativa: o Estado precisa fazer ajuste fiscal, cortar o orçamento, aumentar a Selic e reduzir o crédito. Na perspectiva econômica do jornal, agindo assim o governo estimularia a diminuição da demanda e por consequência, da inflação. Na narrativa econômica do *OESP*, o Estado deveria agir para frear a demanda, desacelerar a economia e assim salvar o bolso do consumidor¹².

Nos primeiros meses do governo, o Banco Central seguiu a Teoria Quantitativa da Moeda e o receituário neoliberal¹³. Subiu a taxa Selic para deleite do mercado financeiro. Os aumentos na taxa de juros Selic foram considerados pelo jornal como “remédio amargo”, mas

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.812, 4 jan. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.821, 13 jan. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.835, 27 jan. 2011. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 42.877, 10 mar. 2011. p. A3.

¹¹ O histórico da Selic está disponível online no site do Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

¹² *O Estado de S. Paulo*, n. 42.832, 24 jan. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.872, 5 mar. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.920, 22 abr. 2011. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 42.925, 27 abr. 2011. p. A3.

¹³ Conforme Laura Carvalho (2018), A teoria quantitativa da moeda entende que o nível dos preços é determinado pela quantidade de moeda em circulação e pela sua velocidade de circulação.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

necessário. O editorial reconheceu que o Brasil possuía o maior juro real do planeta e que ele causava entraves à atividade econômica, afetando empresas e consumidores. Porém, defendeu as metas de inflação adotadas pelo governo FHC em 1999 que dependia “[...] da calibragem do juro básico” e que, no momento, “[...] o Brasil não tem condições estruturais para forçar a baixa”. A única alternativa à alta da taxa Selic, segundo o *OESP*, é o governo “[...] controlar as despesas públicas”¹⁴. Porém, já como parte da “Nova Matriz Econômica”, na expectativa de induzir o investimento industrial, o Banco Central iniciou um processo de redução da taxa Selic a partir de agosto, que foi de 12,5% naquele mês para 7,25% em outubro de 2012. Seriam dez reduções seguidas. A evidente intervenção governamental foi criticada pelo *Estadão*. O jornal acusou Dilma de mandar em uma instituição que deveria ter autonomia, acabando assim com “[...] uma das poucas heranças benditas da era Lula”¹⁵.

Outro tema insistentemente cobrado pelos editoriais é a suposta necessidade de uma reforma da previdência social. O tema foi discutido em ao menos sete editoriais exclusivos. O jornal qualificou a previdência como custosa e desigual. Devido ao envelhecimento da população, seria necessário promover mudanças na idade mínima para a concessão de aposentadorias. Os servidores públicos foram o alvo preferencial do *Estadão*, por supostamente receberem vultosos benefícios que pressionariam as contas públicas¹⁶.

Alarmismo e oposição à Nova Matriz Econômica (2012 a junho de 2013)

Após um primeiro ano de governo com tímidas iniciativas no plano econômico, é em 2012, segundo ano de governo, que a presidenta Dilma implementa políticas econômicas mais ousadas. André Singer chama de “plano Dilma” a ofensiva desenvolvimentista cujo objetivo central foi a “[...] desobstrução de caminhos para a retomada industrial” (SINGER, 2018, p. 41). De acordo com o autor, o plano é “desenvolvimentista” por ser centrado na ideia de que o Estado tem papel indispensável no investimento em infraestrutura e na retomada industrial. Ou seja, sua marca desse período foi o “[...] ativismo estatal” (SINGER, 2018, p. 42).

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.831, 23 jan. 2011. p. A3.

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.112, 31 out. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.053, 2 set. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.081, 30 set. 2011 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.085, 4 out. 2011. p. A3.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.911, 13 abr. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.899, 1 abr. 2011. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 42.909, 11 abr. 2011; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.994, 5 jul. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.042, 22 ago. 2011. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.145, 3 dez. 2011 p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.154, 12 dez. 2011. p. A3.

A economista Laura Carvalho (2018) concorda que o governo tomou medidas visando recuperar a competitividade da indústria brasileira, porém, pondera que, na prática, o governo substituiu a política fiscal expansionista nos gastos e investimentos públicos, por uma política fiscal contracionista, com cortes nos investimentos públicos. Ao mesmo tempo, o governo substituiu a política monetária de juros altos por uma que reduziu os juros no objetivo de estimular a indústria e aumentar a competitividade frente aos importados e no mercado externo. Ou seja, em vez de apostar no mercado interno, que sustentou o crescimento econômico no período Lula, apostou-se no incentivo às exportações em um contexto de contração internacional.

Controvérsias à parte, o que ambos autores concordam é acerca das principais medidas acentuadas e implementadas pelo governo Dilma em 2012 e no primeiro semestre de 2013: manutenção da queda da taxa de juros Selic; pressão contra os *spreads* bancários; desonerações fiscais para a indústria e redução das tarifas de energia elétrica. Todas elas itens da “agenda FIESP”.

Iniciada no final de 2011, a redução da taxa de juros Selic pelo Banco Central continuou ao longo de todo o ano de 2012 e início de 2013. Em agosto de 2012, a taxa chegou a 7,25% ao mês e se manteve neste patamar até abril do ano seguinte. Na prática, essa redução fez o juro real, isto é, descontando a inflação, chegar a 1% ao mês. O menor valor da história até então. O *Estadão* manteve a postura de referendar a posição do mercado financeiro de ver “[...] esgotado ou muito perto do fim” o espaço para redução da Selic. Em fevereiro, o jornal recomendou que a Selic não chegasse a menos de 9,5% no final de 2012. Como sua pretensão financeira não foi atendida, passou então a acusar o Banco Central de andar de “mãos dadas” com o ministério da Fazenda, servindo de mero “[...] instrumento do Palácio do Planalto”. O presidente do BC, Alexandre Tombini, foi acusado de ter se convertido em mero “propagandista” do governo e sepultado a “autonomia operacional” que o BC desfrutou até então nos governos anteriores¹⁷.

É importante reforçar que, em suas críticas à redução da Selic, o *Estadão* embutia um argumento nobre, supostamente em benefício da população em geral, especialmente dos trabalhadores assalariados, para disfarçar sua contrariedade com a política que prejudicava os interesses rentistas e financeiros que têm tanto espaço em seu caderno de economia: o perigo da inflação. Sempre que trata da Selic, os editoriais fazem alarmismo inflacionário.

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 42.863, 25 fev. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.876, 9 mar. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 42.954, 26 maio 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.016, 27 jul. 2012. p. A3.

Além disso, o jornal seguiu publicando dezenas de editoriais alarmistas sobre esse suposto descontrole inflacionário no país. Nesse sentido, socorreu-se de ex-presidentes do BC do governo do PSDB para criticar o que chamou de “[...] descaso com a inflação” no governo Dilma Rousseff que tanto propagava suas metas de redução da Selic, mas nada fazia para conter a “festa da inflação”. Na propaganda do jornal, “[...] o governo fez uma perigosa opção pela meta de juros, em detrimento da meta da inflação”¹⁸. Na verdade, os índices de inflação no governo Dilma ficaram todas dentro da meta estipulada pelo governo/BC. Em 2011, a inflação foi de 6,50%. Em 2012, caiu para 5,84% e, em 2013, fecharia em 5,91%, índices compatíveis com os resultados dos anos anteriores¹⁹ e compreensível em um cenário próximo ao pleno emprego, como o vivido pelo Brasil naquele começo de década (SINGER, 2012).

Sempre que comentou sobre a Selic e a inflação, o *Estadão* cobrou o BC. No começo de 2013, em uma entrevista à jornalista Miriam Leitão, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pressionado, declarou que a inflação mostrava “uma resiliência forte” e que o governo e o BC não estavam confortáveis com a situação. Segundo André Singer, esse desliz foi “[...] o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros” (SINGER, 2018, p. 52), tudo potencializado pela imprensa. A fala de Tombini causou reação no governo. O ministro Mantega garantiu que não havia motivo para alarde, fala endossada pela presidenta Dilma. De fato, o BC aumentou a Selic em 0,25% em abril de 2013, tendência que se manteria pelos anos seguintes. Em editorial triunfante em que comemorou a vitória da imprensa e dos rentistas no cerco à redução da Selic, o *Estadão* chamou de “tímido aumento” e exigiu mais altas nas reuniões seguintes do Copom²⁰. A vitória dilmista sobre o rentismo da taxa Selic foi considerável, mas mostrou-se efêmera e revelou “[...] que correntes invisíveis tinham reordenado forças submersas, e que o ensaio [desenvolvimentista] começava a naufragar” (SINGER, 2018, p. 53).

Como argumenta Laura Carvalho, para que a redução da taxa Selic resultasse em crédito a custos menores para o consumidor e o empresariado, o governo se concentrou em atacar o *spread* bancário²¹. De acordo com a fala de Mantega à época, “Estão [os bancos] captando [dinheiro] a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica” (SINGER, 2016, p. 35). Ou seja, quanto

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.180, 7 jan. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.455, 8 out. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.469, 22 out. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.472, 25 out. 2012. p. A3.

¹⁹ Nos anos anteriores a inflação foi de: 5,91% em 2010; 4,31% em 2009; 5,90% em 2008 e 4,46% em 2007.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.283, 19 abr. 2013. p. A3.

²¹ Spread bancário é que é a diferença entre a taxa de juros cobrada pelos bancos aos tomadores de crédito, e a taxa de juros paga pelo banco aos que depositam dinheiro na instituição.

maior o *spread* bancário, maior a taxa de lucro do banco. Forçar a redução do *spread* significava diminuir o lucro do banqueiro.

André Singer aponta para uma característica importante do modo de Dilma fazer política: enquanto Lula operou evitando o confronto, Dilma não apenas “[...] rompeu a *détente* com o rentismo” (SINGER, 2018, p. 48), como também decidiu publicizar o embate com o setor bancário. Foram várias as declarações de Dilma, Mantega e Tombini nesse sentido. Em abril de 2012, a presidenta acionou os bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), que reduziram seus *spreads* bancários, provocando irritação no mercado financeiro. Emparedados, os bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander, por exemplo) fizeram críticas públicas ao governo. Sem sucesso e com risco de perderem clientes, logo tiveram que também reduzir seus *spreads* bancários, suas taxas de juros e margem de lucro nos empréstimos.

A batalha dos *spreads* foi vencida por Dilma, mas, no mercado financeiro, a reação foi de descontentamento. Laura Carvalho escreveu que esse gesto de enfrentamento foi recebido “[...] com enorme má vontade por analistas e representantes do mercado financeiro” (CARVALHO, 2018, p. 75). André Singer avaliou que esse movimento do governo deixou a impressão de que “[...] o Estado se arrogava o direito de intervir no motor da atividade capitalista, a saber, o lucro” e, por isso, desde então, é compreensível que “[...] derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro” (CARVALHO, 2018, p. 49-50), assim como derrotar Dilma nas urnas em 2014. O mercado então já passou a apoiar qualquer pré-candidato opositorista do PSDB.

Naquele mês de abril, o *OESP* publicou três editoriais comentando a batalha dos *spreads*. Reconheceu que os juros dos empréstimos bancários no Brasil “beiram a insanidade” e que Dilma foi a primeira presidenta a enfrentar “[...] o poderio dos bancos privados” na era democrática, mas levantou dúvidas sobre a legalidade de se usar bancos públicos neste movimento. O jornal elogiou o recuo dos bancos privados. Contudo, deixou um alerta à presidenta que “[...] obteve sua primeira vitória” ao enfrentar os bancos: “[...] nada garante, por enquanto, que ela será duradoura ou que terá eficácia”²².

A força e a participação do setor industrial na economia brasileira constituíam grandes temas do debate econômico no período. Falava-se em desindustrialização do país devido à concorrência dos produtos importados e dos alegados altos custos para o setor produtivo com mão de obra, tributos, real valorizado e infraestrutura deficitária. Como mencionado até aqui, o “Plano Brasil Maior” ou “Agenda Fiesp” do governo Dilma Rousseff

²² *O Estado de S. Paulo*, n. 43.271, 7 abr. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.278, 15 abr. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.284, 20 abr. 2012. p. A3.

servia às reivindicações desta fração burguesa no objetivo de reindustrializar o país. Assim, além da redução dos juros, o governo acentuou outras medidas ao longo de 2012 e do primeiro semestre de 2013.

Entre 2011 e 2012, dentro do “Plano Brasil Maior”, o governo editou cerca de 280 medidas que abrangeram: constante e crescente redução de IPI; ampliação do programa de Microempreendedor Individual (MEI); desonerações fiscais sobre a folha de pagamento para os setores da indústria, serviços e construção civil; desonerações de PIS/Cofins sobre investimentos; redução de impostos sobre os produtos da cesta básica. Laura Carvalho chama atenção para as desonerações tributárias que, iniciadas no governo Lula, ganharam centralidade na política econômica de Dilma e tinha por objetivo “[...] manter empregos e elevar a competitividade nos setores industriais” (CARVALHO, 2018, p. 70).

É constante nos editoriais do jornal o argumento de que a indústria brasileira sofria com o que chama de “custo Brasil”: as dificuldades tributárias e trabalhistas do setor e a pouca infraestrutura do país. Por isso, são vários textos repisando o sofrimento dos industriais diante dos produtos importados e apontando que o setor estaria à beira da convalescença e do desastre²³. A cada novo pacote governamental de desonerações fiscais, um editorial do *Estadão* o julgou ineficiente ou limitado para a indústria brasileira. Em suma, o periódico avaliou que tais medidas até estimulariam o consumo, agradariam consumidores e frações burguesas, mas seriam insustentáveis no longo prazo. Segundo o jornal, o governo apostava, equivocadamente, em um “[...] protecionismo mal disfarçado” e anacrônico, quando deveria centrar esforços em planos de infraestrutura e na reforma tributária. Nem mesmo a redução de tributos sobre a cesta básica foi poupada de críticas²⁴.

Como parte de sua política econômica pró-industrialização, mas também no combate à inflação, o governo apostou no controle e represamento de preços administrados pelo Estado, como os combustíveis, Correios, pedágios, transporte público e energia elétrica. A FIESP liderou uma campanha pela redução no preço da energia elétrica, que foi encampada pelo *Estadão* como necessária para reduzir o “custo Brasil”²⁵. Entre 2012 e 2013, o governo extinguiu tributos, renovou as concessões, cobriu o prejuízo das concessionárias e reduziu a tarifa em 18% para consumidores residenciais e 32% para a indústria e comércio.

²³ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.176, 3 jan. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.254, 21 mar. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.394, 8 ago. 2012. p. A3.

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.268, 4 abr. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.316, 23 maio 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.339, 14 jun. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.378, 23 jul. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.399, 13 ago. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.246, 13 mar. 2013. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.247, 14 mar. 2013. p. A3.

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.322, 28 maio. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.384, 29 jul. 2012. p. A3.

Ainda como parte de sua histórica agenda neoliberal, agora adaptada ao argumento de combater o “custo Brasil”, o *OESP* seguiu publicando editoriais exigindo uma reforma trabalhista, supostamente “[...] não para suprimir direitos”, mas para se “modernizar” e expandir os direitos “[...] a milhões de trabalhadores”. A “livre negociação” entre patrões e empregados e o fim do imposto sindical foram as principais reivindicações do jornal quando a CLT completou 70 anos²⁶.

O fato é que a economia brasileira pouco cresceu em 2011 (3,97%) e em 2012 (1,92%). Publicamente, o governo minimizava os números e garantia que o país passava por um momento de transição e que o crescimento seria maior e mais sustentável nos anos seguintes. Na prática, como aponta Laura Carvalho, enquanto Dilma “[...] esperava que as renúncias fiscais estimulassem as empresas a realizar investimentos e gerar empregos”, o que aconteceu foi que, por variados motivos, a fração burguesa industrial acabou utilizando as políticas econômicas para “[...] aumentar suas margens de lucro [...] servindo como política de transferência de renda para os mais ricos” (CARVALHO, 2018, p. 74).

Em seus editoriais, o *Estadão* culpou exclusivamente o governo Dilma pelo que qualificou de “fiasco” diante da “ineficiência” das políticas econômicas implementadas: “[...] os problemas são internos, todos fabricados no Brasil por uma política há muito tempo defeituosa e piorada pela teimosia do atual governo”²⁷. Por “teimosia”, entenda-se a insistência de Dilma em não aderir à agenda neoliberal. Por exemplo: o jornal criticou o uso da Petrobrás no represamento dos preços dos combustíveis; reclamou do que considera o exagerado número de funcionários públicos; seguiu defendendo cortes no Orçamento, ao mesmo tempo em que clamava por investimentos em infraestrutura e privatizações²⁸.

No início de 2013, o *Estadão* partiu para uma ofensiva editorial alarmante sobre uma propalada deterioração e a maquiagem das contas públicas. É fato que as desonerações fiscais, os investimentos no PAC e os programas sociais impactaram negativamente nas contas do governo federal. O governo Dilma então respondeu com várias medidas fiscais e contábeis: atacou um dos pilares do “tripé neoliberal” ao reduzir o superávit primário²⁹; promoveu operações financeiras com os bancos públicos; e usou dividendos de empresas

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.299, 5 maio 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.378, 23 jul. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.295, 1 maio 2013. p. A3.

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.240, 7 mar. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.538, 30 dez. 2012. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.236, 3 mar. 2013. p. A3.

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.219, 15 fev. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.402, 16 ago. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.429, 12 set. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.545, 6 jan. 2013. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.625, 27 mar. 2013. p. A3.

²⁹ Superávit primário é a parte da arrecadação de impostos destinados ao pagamento da dívida pública com bancos e financistas nacionais e internacionais.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

estatais para fechar as contas públicas. O *Estado* publicou dezenas de editoriais qualificando tudo como: “botox nas contas”; “promiscuidade”; “nova herança maldita”; “enrolação e maquiagem”; “remendos”; “superávit distorcido”; “gandaia fiscal”, dentre outros³⁰.

Como se sabe, o tema da suposta deterioração e maquiagem das contas públicas, depois chamadas de “pedaladas fiscais”, será a justificativa oficial para a deposição de Dilma Rousseff em 2016. Este será um dos temas preferenciais dos editoriais do *OESP* a partir do segundo semestre de 2013, afinal, “[...] do jeito como o governo vem conduzindo a política fiscal, não há expectativa de melhora antes da próxima eleição presidencial”³¹, ou seja, o jornal já apontava, em abril de 2013, um dos temas fundamentais para a campanha presidencial com objetivo de evitar a reeleição de Dilma.

A partir de junho de 2013, o Brasil entraria em um novo contexto político e econômico. No plano econômico, o cerco rentista seria intensificado, as frações burguesas industriais, que se beneficiaram das desonerações e demais medidas, abandonaria o governo que ficaria atônito e sem um plano econômico para reagir. Em 2013, o PIB ainda conseguiu reagir e ter um expressivo crescimento de 3%, porém, como aponta André Singer:

Com o contínuo aumento dos juros, as perspectivas de manter o ritmo em 2014 estavam praticamente anuladas. A nova matriz tinha perdido momentum, e a estridência dos ataques ao ativismo estatal por parte de bancos estrangeiros, de agências de risco, de instituições internacionais de controle econômico, de corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa brasileiros criavam o clima necessários para forçar um ajuste recessivo. Incontáveis artigos e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a repisar que era preciso cortar os gastos ineficientes e ‘descontrolados’ do governo, cessar o intervencionismo e deixar o mercado funcionar para ‘reordenar o país’ (SINGER, 2018, p. 54).

Ou seja, a partir do segundo semestre de 2013, o governo pouco pôde fazer para direcionar a agenda econômica e ficou mais a reboque e na defensiva.

Intensificação do alarmismo oposicionista em ano eleitoral (julho de 2013 e 2014)

O cerco rentista à presidenta Dilma foi facilitado pela conjuntura política mais acirrada e polarizada após junho de 2013. No plano econômico, o governo federal se manteve

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.451, 4 out. 2012. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.543, 4 jan. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.545, 6 jan. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.581, 11 fev. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.637, 8 abr. 2013. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.659, 30 abr. 2013. p. A3.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.637, 8 abr. 2013. p. A3.

na defensiva durante todo o segundo semestre de 2013 e no ano de 2014. O ministro Mantega, o presidente do BC e a presidenta Dilma Rousseff em suas falas tiveram de negar a iminência de uma alta inflacionária, defender as políticas fiscais e contas públicas da União, acusando os opositores de promover “terrorismo econômico”. Além disso, o governo apostou que as medidas e os planos adotados nos anos anteriores seriam suficientes para manter o crescimento do PIB e os empregos. Editorialmente, o *Estadão* continuou alarmando uma suposta alta inflacionária, repisou a desindustrialização do país e acusou o governo de maquiagem das contas públicas. Com a proximidade da eleição presidencial, o jornal se tornou ainda mais opositor das medidas econômicas do governo petista.

Segundo a bibliografia aqui debatida, desde 2013, e principalmente a partir de junho, a fração burguesa rentista passou a receber constante apoio e adesão da fração burguesa interna, principal beneficiária das políticas neodesenvolvimentistas do lulismo. André Singer elenca em fatos esse afastamento: a CNI lançou documento com propostas para uma reforma trabalhista; a Fiesp lançou documento com os benefícios para as indústrias brasileiras migrarem para o Paraguai; o presidente da Fiesp, Paulo Skaf (PMDB) disse ter ouvido um “grito por renovação” nas ruas de junho pelo país. Em resposta, as centrais sindicais recolocaram nas ruas as pautas trabalhistas. Resultado: “[...] a coalizão produtivista estava desfeita” (SINGER, 2018, p. 60). Conforme esse autor, o pressionado governo Dilma ainda tentou fazer concessões à burguesia industrial, mas sem sucesso.

Como visto no item anterior, a partir de abril, o Banco Central voltou a aumentar a taxa Selic de juros, sob aplausos do *Estadão*. Entre julho de 2013 e abril de 2014 haveria altas contínuas fazendo a taxa passar de 7,50% para 11,00% ao ano, com altas médias 0,50% a cada reunião do Copom. No entanto, entre abril e outubro de 2014 a Taxa foi mantida e só voltou à curva ascendente em outubro de 2014, após a eleição presidencial, fato criticado pelo jornal.

Sempre que comenta a alta da Selic, o *Estadão* faz elogios ao Copom do BC, que seria o único órgão governamental a levar à sério o risco de inflação e tomar a atitude correta para deter a alta inflacionária, em contraste com a presidenta Dilma e o ministro Guido Mantega que, segundo o jornal, “[...] insistem em dizer que a inflação está sob controle e dentro da meta oficial” e, por isso, manteriam uma política de “gastança e desperdício” de dinheiro público, responsáveis pela suposta inflação descontrolada. Ao agir assim, o BC teria

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

deixado de ser influenciado politicamente pelo governo, passando a basear suas decisões apenas em “considerações técnicas”, recuperando sua imagem perante o mercado financeiro³².

Quando o BC interrompeu a série de altas na Selic, o *Estadão* insinuou que o Copom estaria atendendo ao “[...] interesse eleitoral da presidente Dilma”, que insistia no argumento de que a alta Taxa serviria ao rentismo em prejuízo aos trabalhadores. Passada a eleição, o BC voltou a elevar a Selic e o jornal fez duro editorial o acusando de ser mero cumpridor de ordens da presidenta. Por isso, sempre que toca no assunto Banco Central o jornal reforça sua perspectiva ideológica em defesa da autonomia total do BC³³.

Nesse recorte temporal, o *Estadão* publicou, ao todo, 30 editoriais tendo o suposto descontrole inflacionário como tema principal. Isso equivale a um editorial a cada quinze dias. Em todos eles, o jornal insistiu que a inflação estaria descontrolada, criticou a ganância do governo, falou em “descuido”, “desastre”, “fiasco”, “ameaça”, alarmou que o país teria “muita inflação pela frente”, o que seria uma “herança maldita” para o próximo governo. As explicações e minimizações governistas sobre a inflação foram sempre contraditadas pelo jornal³⁴. Apesar de todo este alarmismo, a inflação destes anos manteve-se dentro do teto da meta que era de 6,5% ao ano. Em 2013, a inflação fechou em 5,91% e em 2014 em 6,41%.

O Produto Interno Bruto brasileiro teve crescimento de 3% no ano de 2013. Em seus editoriais, o *Estadão* o chamou o resultado de “pibinho”, “anêmico” e “fracasso”. As explicações, justificativas e avaliações do ministro Mantega, que contestava as análises catastróficas, foram sempre ironizadas pelo jornal, para quem o ministro viveria “[...] no país das maravilhas”³⁵. Embora reconheça que o consumo cresceu mais uma vez, o periódico insistiu que o “pibinho” confirmaria o “[...] fracasso econômico da política baseada no estímulo ao consumo e nas desonerações fiscais a setores selecionados” uma vez que a oferta industrial continuaria “[...] emperrada e insuficiente”³⁶.

³² *O Estado de S. Paulo*, n. 43.691, 1 jun. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.732, 12 jul. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.823, 11 out. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.874, 1 dez. 2013. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.922, 18 jan. 2014. p. A3.

³³ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.843, 31 out. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.043, 19 maio 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.054, 30 maio 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.110, 25 jul. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.208, 31 out. 2014. p. A3.

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.722, 2 jul. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.790, 8 set. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.852, 9 nov. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.901, 28 dez. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.916, 12 jan. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.968, 5 mar. 2014, p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.653, 24 abr. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.075, 20 jun. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.096, 11 jul. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.159, 12 set. 2014. p. A3.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.878, 5 dez. 2013, p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.964, 1 mar. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.992, 29 mar. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.055, 31 maio 2014. p. A3.

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.924, 20 jan. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.964, 1 mar. 2014. p. A3.

Ao longo de 2014, a cada nova prévia parcial do PIB do ano, o jornal aumentou sua pressão sobre a política econômica do governo Dilma. Haveria uma “[...] indústria em ritmo de tartaruga, inflação elevada, contas externas em mau estado e muita desconfiança entre empresários, investidores e consumidores”, tudo fruto de uma política governista “[...] sem preocupação com produtividade”, uma “[...] inegável tolerância à inflação” e suposta “[...] política comercial mais ideológica do que pragmática”. Tudo isso somado levaria o país para um cenário de recessão econômica, fruto de um governo “trapalhão” e “[...] criativo na incompetência”, o único responsável pela “fantasia” de apostar no mercado interno enquanto o mercado internacional “[...] voltou a crescer”³⁷.

Desde o seu anúncio em 2012, o Planalto tinha dificuldades de implementar o Programa de Investimento em Logística (PIL)³⁸. O governo exigiu baixas taxas de lucratividade para as empresas que adquirissem as rodovias, ferrovias e portos. Este fato afugentou o capital privado, atrasou os leilões e, em alguns casos, sequer houve lances. O *Estadão* se colocou ao lado do capital privado, criticando a “[...] privatização à moda do PT” que estaria afugentando os investidores, em contraposição às privatizações feitas pelo PSDB no estado de São Paulo, modelo defendido pelo jornal como o ideal. Por isso, o periódico cobrou que o governo revisasse os editais de leilões e oferecesse mais lucratividade aos interessados³⁹.

O *Estadão* seguiu contestando a centralidade do BNDES para a política econômica do governo Dilma. O jornal se opôs tanto aos repasses do Tesouro Nacional ao banco estatal, quanto aos empréstimos comuns feitos pelo banco e, principalmente, a ação do BNDESPar que adquiria ações de empresas privadas como forma de financiar a produção industrial. O *OESP* classificou a relação entre o Tesouro e o BNDES como “promiscuidade” e, por isso, defendeu ser “indispensável” que o governo repensasse a estratégia de crescimento do banco⁴⁰.

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.042, 18 maio 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.132, 16 ago. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.146, 30 ago. 2014. p. A3.

³⁸ O PIL tinha como objetivo ampliar a infraestrutura e a logística referente à movimentação de cargas no Brasil através de concessões à iniciativa privada, em parcerias com o Estado.

³⁹ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.757, 6 ago. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.789, 7 set. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.799, 17 set. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.803, 21 set. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.906, 2 jan. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.945, 10 fev. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.068, 13 jun. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 43.820, 8 out. 2013. p. A3.

⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.742, 22 jul. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.768, 17 ago. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.777, 26 ago. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.884, 11 dez. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.986, 23 mar. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.183, 6 out. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.192, 15 out. 2014. p. A3.

Ainda nesse recorte temporal, o *OESP* dedicou 24 editoriais para comentar a situação do setor industrial brasileiro. Em todos eles repercutiu a crise no setor causada pelo “aumento de custos”, carência de investimentos em maquinário e tecnologia, perda de espaço no cenário internacional e o sofrimento ante a concorrência dos produtos importados. Para contornar isso, o governo deveria investir mais em infraestrutura e privilegiar uma política externa focada em acordos bilaterais, em especial com os Estados Unidos, e não no “erro político” das negociações inter-regionais que envolveram o Mercosul, por exemplo⁴¹.

O jornal ironizou que o Plano Brasil Maior fez a indústria brasileira perder mercado e criticou a prorrogação do IPI para o setor automotivo. A queda do setor industrial seria então responsabilidade do “[...] sistema tributário oneroso”, do “[...] alto custo dos financiamentos”, da “desconfiança” empresarial sobre a política econômica petista e, principalmente, “[...] das fantasias do governo” que apostou no mercado interno para superar a crise global⁴².

O indicador da taxa de emprego era o grande dado utilizado pelo governo para rebater as críticas da oposição à sua política econômica. A Taxa de Desocupação nas Regiões Metropolitanas (PME) caiu de 5,3% em dezembro de 2010 para 4,3% em dezembro de 2014. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) instituída em março de 2012, a taxa de desemprego passou de 7,9% naquele mês para 6,5% em dezembro de 2014. Apesar desses números, o *Estadão* escreveu sete editoriais em 2014 para alarmar que “[...] a crise chega ao emprego”. Segundo o periódico, os dados estariam indicando a “[...] desaceleração da economia”, em especial no setor industrial, frutos da política econômica de “desonerações parciais” promovidas pelo governo. Assim, na peculiar cosmovisão do periódico, a manutenção dos bons índices de emprego se devia a duas explicações: o governo federal emprega muitos servidores e parte da população deixou de procurar empregos⁴³.

Uma vez que na sociedade capitalista é impossível governar sem apoio dos empresários, as questões que se impõe são os motivos que levaram a fração da burguesia interna, tão beneficiada pela política lulista, a abandonar a frente neodesenvolvimentista e aderir ao campo neoliberal. Na perspectiva de André Singer, as disputas entre as frações da burguesia, “[...] não apagam os acordos burgueses gerais” (SINGER, 2018, p. 65), ou seja, no

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.712, 22 jun. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.715, 25 jun. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.904, 31 dez. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.913, 9 jan. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.088, 3 jul. 2014. p. A3.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, n. 43.957, 22 fev. 2014. p. A3, *O Estado de S. Paulo*, n. 44.087, 2 jul. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.133, 17 ago. 2014. p. A3.

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.949, 14 fev. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.104, 19 jul. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.113, 28 jul. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.203, 26 out. 2014. p. A3.

contexto de crise econômica que exacerbou o conflito distributivista entre a fração burguesa interna e os trabalhadores, os detentores do capital se uniram em torno da defesa de sua pauta comum, como a redução dos direitos sociais, mudanças na legislação trabalhista e desindexação salarial.

Assim, Singer (2018, p. 66-69) indica ao menos três fatores internos a serem considerados para responder essa questão: haveria uma imbricação entre a burguesia industrial e a financeira, construída após anos de lucro fácil e seguro, extraído das altas taxas de juros Selic, o que “[...] restringia o grau de empenho” da fração produtivista na frente neodesenvolvimentista; fatos ideológicos e o histórico de desconfiança da burguesia brasileira para com o Partido dos Trabalhadores; em contexto de crise econômica, há a exacerbção do conflito distributivo/luta de classes em cenário de quase pleno emprego, aumentos salariais e inúmeras greves, fazendo a perspectiva neoliberal ser mais atrativa para os industriais.

Enquanto isso, no *Estadão*, o setor do agronegócio seguiu recebendo todas as loas dos editoriais. Seu peso na balança comercial brasileira era sempre registrado pelo jornal como “salvador” para compensar o déficit no setor de manufaturas, mas que deixaria a economia brasileira na “dependência” de apenas um setor que, reconhece o periódico, emprega pouca mão de obra direta. O aumento da área cultivável foi comemorado, a falta de infraestrutura nos portos para o escoamento rápido da safra de soja foi criticada por impedir que o país se tornasse o maior produtor mundial desse grão. Nenhuma linha sobre a repercussão ambiental ou tóxica do agro foi escrita pelos editoriais⁴⁴.

Por fim, é possível observar que os editoriais do *Estadão* aumentaram as críticas às contas públicas do governo federal. O jornal usou termos como “truque”, “irresponsabilidade”, “maquiagem” e “contabilidade criativa”, que seriam posteriormente base para o pedido de impeachment contra a presidenta Dilma⁴⁵. Para o jornal, o governo usou da “criatividade” para esconder o que considera “populismo fiscal” com “o chapéu alheio”, as desonerações promovidas pelo governo e o “[...] baixo nível de comprometimento” de Dilma com a Lei de Responsabilidade Fiscal que o *OESP* considera “[...] um dos maiores avanços da história da administração pública brasileira”⁴⁶. Por isso, o jornal seguia insistindo para que o governo promovesse maiores cortes no Orçamento, opôs-se às vinculações orçamentárias existentes na Constituição Federal e fez rasgados elogios ao Plano Real que promoveu “[...]”

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, n. 43.917, 13 jan. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.037, 13 maio 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.100, 15 jul. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.164, 17 set. 2014. p. A3.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.070, 15 jun. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.082, 27 jun. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.124, 8 ago. 2013. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.132, 16 ago. 2013. p. A3.

⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.131, 5 ago. 2013. p. A3.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

uma revolução sem armas e sem passeatas” 20 anos atrás, mas que estaria ameaçado pela “[...] tolerância à inflação, a irresponsabilidade fiscal e o populismo” dos governos petistas⁴⁷.

Ajuste fiscal ou *impeachment* (2015)

No plano econômico, o ano de 2015 foi todo dominado pela discussão sobre a necessidade e as consequências de um ajuste fiscal nas contas públicas. Os defensores da necessidade argumentavam que o Estado cresceu muito, gastou na mesma proporção, estava endividado e, por isso, precisava fazer grandes cortes orçamentários para reequilibrar as contas públicas. Os contrários enfatizavam as consequências dessa política contracionista, pois, uma vez que, na economia brasileira, o Estado ainda é o grande indutor da produção e do consumo, reduzir sua atuação econômica resultaria também em menor circulação de dinheiro pelo país, logo, em mais desemprego, recessão e menor arrecadação de tributos pelo Estado já com problemas orçamentários. Ao longo de todo o ano, os editoriais do *Estadão* cerraram fileiras com o primeiro grupo de defensores do ajuste fiscal contracionista e do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Como mostra Laura Carvalho, 2014 foi o primeiro ano de déficit primário nas contas públicas, causados pelas desonerações fiscais que pouco aumentaram a produção e acabaram embolsadas como mais lucro para a fração burguesa interna. A autora mostra ainda que este déficit não foi causado, como argumenta os setores rentistas, pelo aumento da máquina pública estatal. Porém, na defensiva diante do cerco rentista e já sem apoio da burguesia interna, Dilma surpreendeu na escolha do ministro da Fazenda e na opção pela implementação do ajuste fiscal, cortes em investimentos públicos e reajuste dos preços administrados pela União. Para Carvalho, esta “panaceia fiscal” foi um verdadeiro “[...] passo atrás” (CARVALHO, 2018, p. 97-104), resultou em desaceleração econômica, inflação, aumentos da taxa Selic e mais crise econômica.

A escolha do novo ministro da Fazenda foi bastante controversa e rendeu à Dilma críticas dos setores da esquerda e acusações de “estelionato eleitoral” vindas dos adversários e também de parte dos aliados. Após uma campanha eleitoral prometendo manter as políticas econômicas e sociais do lulismo, Dilma passou a admitir a necessidade de ajuste nas contas federais e cortes orçamentários. Primeiro, ela convidou Luiz Trabuco, presidente do Bradesco, que recusou o convite e indicou um de seus subordinados, o economista Joaquim Levy, para o

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.190, 24 jul. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.234, 26 nov. 2013. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 43.962, 27 fev. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.127, 11 ago. 2014. p. A3.

ministério. Levy, todos sabiam, tinha perfil ortodoxo e neoliberal, oposto do então ministro Guido Mantega e da política econômica implementada pelo lulismo. A esquerda e os setores do PT não gostaram e passariam o restante do ano fustigando o ministro Levy.

O *Estadão* elogiou as primeiras declarações de Levy e provocou o petismo, uma vez que o novo ministro acenou com uma política econômica oposta a aplicada no primeiro mandato de Dilma. Havia esperança no jornal de que ele conseguiria “[...] consertar os fundamentos da economia, recompor a credibilidade do governo e conduzir o País a uma nova etapa de crescimento, depois de quatro anos de estagnação, inflação longe da meta e muito estrago nas finanças federais”. Mas, além disso, o jornal cobrou que Dilma precisaria “[...] reconhecer os erros, abandonar a desastrosa política do primeiro mandato” e não ficar culpando a conjuntura econômica internacional pela crise econômica que se avizinhava. Na perspectiva ideológica do jornal, “[...] qualquer pessoa razoavelmente informada” saberia apontar Dilma e a política econômica lulista como as responsáveis por isso⁴⁸.

Como de praxe, o jornal ouviu economistas ideologicamente neoliberais e ortodoxos para legitimar uma narrativa apresentada como única possível: que fazer para a economia voltar a crescer? “[...] a resposta – unânime, entre os economistas e pesquisadores presentes [em um Fórum de debates promovido pelo jornal] é a implantação de um sério e imediato ajuste fiscal”. Este ajuste, segundo o *Estadão*, deveria “[...] incluir contenção de gastos, revisão de tarifas, menos transferência do Tesouro aos bancos federais e algum aumento de tributos”⁴⁹.

O jornal foi mais além em sua pressão à presidenta pelo abandono da política econômica lulista e a adoção de uma agenda radicalmente oposta. O editorial publicado no primeiro dia do ano afirmou que a “[...] primeira e mais importante missão” de Dilma seria a de “[...] reparar os danos que causou ao Brasil” no primeiro mandato, o que, para o jornal, foi “[...] um dos períodos mais desastrosos da história republicana”. Para cumprir esta sua “missão”, o jornal exigiu que Dilma seguisse “[...] o roteiro em grande parte proposto pela oposição na campanha eleitoral”, abandonando as políticas de desoneração fiscal, créditos do Tesouro e voluntarismo no represamento das tarifas estatais. Em suma, Dilma “[...] deverá abandonar o populismo”, a começar pela redução dos benefícios sociais e trabalhistas⁵⁰.

O tão alarmado descontrole inflacionário que o *Estadão* previu, mas não se realizou nos anos anteriores, finalmente aconteceu em 2015. O ano fechou com inflação de

⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.219, 11 nov. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.236, 28 nov. 2014. p. A3.

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.257, 19 dez. 2014. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.258, 20 dez. 2014. p. A3.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.270, 1 jan. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.298, 29 jan. 2015. p. A3.

10,67%, bem acima do teto da meta estipulada pelo governo, que foi de 6,5%. Ainda assim, desde 2004, foi a única vez que houve estouro da meta. O jornal seguia culpando os supostos “populismos” no represamento de tarifas estatais e a uma “gastança” pública, como os responsáveis únicos pelo índice inflacionário⁵¹. Para combater a inflação e como parte do plano de ajuste fiscal, o Banco Central promoveu altas seguidas na taxa Selic, que passou de 11% ao ano em setembro de 2014 e chegou a 14,25% ao ano em julho de 2015, permanecendo nesse patamar elevado até setembro do ano seguinte.

Editorialmente, mais uma vez o *Estadão* se colocou em apoio à elevação da Selic pelo BC. A cada novo aumento, o BC era criticado por setores empresariais e sindicais. Porém, o jornal julgou como estritamente necessários os aumentos como sendo a única alternativa para conter a inflação. A cada nova reunião do Copom, foi publicado um editorial elogioso ao BC e rebatendo seus críticos. Diz o jornal que essa posição do BC mostraria “credibilidade”, “firmeza na crise”, pois, ao “[...] cumprir sua missão mais importante – proteger o poder de compra da moeda” o BC “[...] oferece ao mercado uma notável exibição de confiança”⁵².

A soma de ajuste fiscal contracionista e alta nos juros Selic foi comemorada pelo *Estadão* como sendo “[...] enfim, a lição de casa”. O jornal admitiu que tal soma resultaria em imediato “[...] cenário de uma economia travada por alguns meses”, mas argumentou que “[...] depois de tantos erros e desmandos na política econômica [promovidos pelo lulismo], um ajuste indolor seria um milagre”. O jornal então cobrou e previu que, se “[...] mantida com firmeza”, no longo prazo, esta soma de ajuste com Selic alta, seria capaz de reparar os fundamentos da economia e resultar em “[...] melhores condições para voltar ao crescimento”. Caso contrário, o Brasil “[...] voltaria a condição de pária no mercado global”, jogando fora o “[...] enorme esforço de reabilitação iniciado há duas décadas” nos governos do PSDB. Esse forte editorial repele as críticas à ortodoxia e a defende como a necessária “[...] reconciliação com o bom senso”⁵³.

Entre março e maio, quando o pacote de ajuste fiscal era debatido e votado no Congresso Nacional, o *Estadão* concentrou os seus editoriais sobre o tema para convencer e pressionar os parlamentares a aprovarem as medidas. O jornal lamentou que a presidenta estava enfraquecida na relação com o Congresso, o que “[...] ameaça frustrar o ajuste [...]

⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, n.44.337, 9 mar. 2015. p. A3.

⁵² *O Estado de S. Paulo*, n. 44.243, 5 dez. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.244, 6 dez. 2014. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.301, 1 fev. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.425, 5 jun. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.481, 31 jul. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.488, 7 ago. 2015. p. A3.

⁵³ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.292, 23 jan. 2015. p. A3.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

condição indispensável para a retomada do crescimento econômico”, como sempre reforçava em seus textos. *OESP* destacou o empenho do ministro Levy em ir ao Congresso para “[...] explicar seu plano, mostrar o alcance das medidas” aos parlamentares, para “[...] superar o jogo habitual das barganhas e do fisiologismo” nas votações legislativas. Porém, no mesmo editorial, havia desesperança com a constatação de que a maioria dos parlamentares simplesmente “desprezou esses critérios” técnico-econômicos⁵⁴.

Percebendo o impasse nas votações e a constante alteração nos pacotes de lei promovidos pelos parlamentos, que tornaram o ajuste ainda mais brando que o proposto pelo governo, o jornal reforçou a urgência do ajuste e ameaçou os parlamentares: caso a votação se arrastasse por mais tempo, isso poderia “[...] resultar na necessidade de o governo aplicar uma dose cavalariça de aumento de impostos para compensar a impossibilidade de equilibrar as contas”, resultando inclusive em cortes nas despesas orçamentárias que os parlamentares tanto prezam para agraciar suas bases eleitorais⁵⁵.

Em outros três editoriais, *OESP* foi bem direto e forte nas críticas ao Legislativo. Aos deputados da base ou oposição que “[...] tentam dificultar o ajuste fiscal movidos pela má-fé e pelo oportunismo”, acusou-os de não estarem “preocupados com a eficácia” das medidas, mas sim, tão somente interessados em “[...] tirar proveito político, derrotando o governo quando lhes parece útil ou vendendo caro o apoio quando lhes é conveniente”. Tal atitude revelaria a “predominância do fisiologismo” no meio político. O jornal ainda apontou as incoerências dos parlamentares do PT e do PSDB: os petistas por serem governo e votarem contra o governo; os tucanos por serem ideologicamente a favor do ajuste, mas, mesmo assim, votarem contra ele⁵⁶.

Outros temas econômicos também estiveram no radar editorial do *Estadão*. O resultado do PIB em 2014 foi de 0,50%, o que indicava estagnação e desaceleração econômica. O jornal apontou que o resultado era culpa exclusiva dos “erros” da política econômica lulista e os números parciais do PIB de 2015 já indicavam recessão econômica. O jornal alarmou também que, apesar do esforço de Levy e da retórica pública de Dilma, o governo continuava promovendo “irresponsabilidade reiterada” nas contas públicas, o que foi determinante para o rebaixamento da nota de crédito brasileira por agências internacionais.

⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.360, 1 abr. 2015. p. A3.

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.411, 22 maio 2015. p. A3.

⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.354, 26 mar. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.395, 6 mai. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.397, 8 mai. 2015. p. A3.

Em vários momentos do ano, o governo também flertou com a recriação da CPMF, ao qual o jornal se opôs⁵⁷.

Nesse cenário de crise econômica e com o ajuste fiscal capenga, o *Estadão* aproveitou uma fala do senador Renan Calheiros para repisar sua postura ideológica de que “o governo não cabe no PIB”. O jornal acusou Dilma de não se empenhar pelo ajuste, promover novas despesas enquanto “[...] fritar Joaquim Levy nos bastidores” da política. Para o periódico, Dilma deveria “[...] fazer uma autocrítica”, defender as propostas de seu ministro e se concentrar em “[...] um mandato de arrumação” das contas públicas, “[...] arrasadas nos últimos quatro anos”⁵⁸.

Uma vez que o resultado imediato de uma política econômica contracionista é a piora econômica (CARVALHO, 2018) e estando a presidenta Dilma impopular e pressionada pelo Congresso, o PT, que nunca aceitou a nomeação de Joaquim Levy para o ministério, aumentou mês a mês as críticas ao ministro e ao ajuste fiscal. O *OESP* os chamou de “irresponsáveis” por “fulanizar a crise” no ministro e em sua agenda neoliberal, conceito este que o jornal coloca entre aspas em seu editorial. O periódico contesta a proposta de setores do PT para retomar a política econômica desenvolvimentista que qualifica de “[...] agenda populista de ganância desenfreada” responsável por levar o Brasil para o “abismo econômico”⁵⁹.

No final de outubro, com a piora econômica, o *Estadão* escreveu mais um forte editorial evidentemente direcionado ao ministro Levy em cujo título perguntava: “por que Levy continua?”. O jornal reconheceu que “[...] a economia afunda”, que a “[...] recuperação é muito incerta, as possibilidades de piora são consideráveis” e que o “[...] impasse político se prolonga”. Porém, parecia mais preocupado com o fato de que o desastre econômico de 2015 fosse carimbado à imagem de Levy, cujo “prestígio se esvai” e, por isso, o aconselha a se demitir. Ao que parece, *OESP* esperava com isso garantir a narrativa de que toda a crise econômica de 2015 nada tinha a ver com o ajuste fiscal, mas, sim, com o boicote do petismo à

⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.316, 16 fev. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.376, 17 abr. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.419, 30 maio 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.435, 15 jun. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.474, 24 jul. 2015, p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.509, 28 ago. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.514, 2 set. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.523, 11 set. 2015, p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.525, 13 set. 2015. p. A3.

⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.359, 31 mar. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.380, 21 abr. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.463, 13 jul. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.519, 7 set. 2015. p. A3.

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.556, 14 out. 2015. p. A3.

Levy que “[...] incompreensivelmente insiste em ficar”, atrapalhando a narrativa neoliberal do periódico⁶⁰.

Nos dias seguintes, Dilma até deu declarações públicas em favor de Levy, contrariando declarações do PT e do ex-presidente Lula que pressionaram pela mudança de rumo na economia. O *Estadão* chamou a presidenta de “liliputiana”, mas comemorou o “sinal de vida” dado por ela. Em meados de novembro, Levy ameaçou se demitir do cargo, o jornal o apoiou e pressionou em editorial: “[...] será muito estranho se desta vez mudar de ideia”. O jornal lamentou que Levy estava perdendo espaço no governo para as visões econômicas do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa⁶¹.

Em meados de dezembro, já com o processo de impeachment aberto na Câmara, o Brasil teve mais um rebaixamento de nota por agência de risco, que o *OESP* explicou com “[...] a senha para grandes fundos estrangeiros fugirem dos papéis brasileiros, tornando mais difícil o financiamento do Tesouro”, culpa, segundo o jornal, da “[...] nova matriz econômica” dilmista implementada no mandato anterior. Mais uma vez, o jornal cobrou que Levy se demitisse do ministério, pois estaria em posição “[...] subalterna e humilhante” diante do ministro Barbosa. De fato, ainda em dezembro, Dilma demitiu Levy e o substituiu por Barbosa no ministério da Fazenda. O *Estadão* desqualificou o novo comandante da economia como “[...] mero executor de uma política ordenada pela presidente” para continuar a “[...] desastrosa Nova Matriz Econômica”. Dias depois, o jornal voltou às críticas ao novo ministro, apontando sua “folha corrida” nos governos petistas⁶².

Sempre que possível, os editoriais do *Estadão* são irônicos em relação à presidenta, apontando sua “grande obra”: “[...] o pior desempenho da economia desde 1990”. O jornal decretou o “[...] fim do ‘milagre petista’” que aconteceu “[...] muito mais por uma conjuntura externa favorável do que dos méritos da administração petista”. Em dezembro, mais uma vez, asseverou que “[...] terminou em catástrofe” a política econômica petista. Os editoriais têm ar triunfal em favor do neoliberalismo vencendo o desenvolvimentismo estatal⁶³.

Considerações finais

Boito Jr. (2018) mostra que, entre 2011 e 2012, Dilma Rousseff atuou para acelerar o neodesenvolvimentismo, o que despertou forte reação do capital internacional e de

⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.559, 17 out. 2015. p. A3.

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.592, 19 nov. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.617, 14 dez. 2015. p. A3.

⁶² *O Estado de S. Paulo*, n. 44.620, 17 dez. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.622, 19 dez. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.626, 23 dez. 2015. p. A3.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, n. 44.543, 1 out. 2015. p. A3; *O Estado de S. Paulo*, n. 44.613, 10 dez. 2015. p. A3 e *O Estado de S. Paulo*, n. 44.633, 30 dez. 2015. p. A3.

sua fração burguesa associada no Brasil. Teve início uma ofensiva restauradora contra o governo: agências de risco, imprensa, partidos de oposição e alta classe média superlativam as denúncias de corrupção e o perigo da inflação em busca de algum apoio popular. A crise político-econômica exacerbou as contradições internas da frente neodesenvolvimentista e setores dela, em especial a classe média, oscilaram para o campo neoliberal. Quem provocou a crise não foram os setores populares, mas a ofensiva neoliberal que elegeu o ministro Guido Mantega, o grande inimigo, enquanto a imprensa martelava o discurso de que era preciso reduzir o Estado.

A somatória dessas pressões, adicionada à crise política da relação entre Dilma e o Congresso, em especial o deputado Eduardo Cunha, contribuíram para aumentar a impopularidade da presidenta e resultar em sua deposição via impeachment. Tendo o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte, este artigo comprova a percepção dos observadores contemporâneos, reforça as pesquisas anteriores sobre a atuação da imprensa e fornece subsídios empíricos aos analistas da história do tempo presente.

Em suma, ficou demonstrado que, ao longo do governo Dilma Rousseff, o *Estadão* promoveu uma indisfarçável oposição a Nova Matriz Econômica dilmista, em especial à redução na taxa Selic, que atingiu o bolso e irritou o mercado financeiro, credor do jornal. Os seus editoriais formaram uma verdadeira trincheira ideológica na cobrança pelo tripé macroeconômico neoliberal, que diziam, estava sendo solapado pela equipe econômica. O jornal insistiu diariamente na necessidade de cortes orçamentários, bem como de redução do Estado, privatizações e uma ação do Banco Central sem influência do governo. A principal oposição do *Estadão* ao lulismo foi na agenda econômica. A oposição política é consequência natural da ojeriza que o jornal nutre pelas políticas desenvolvimentistas em contraposição à paixão demonstrada pelo neoliberalismo. Agindo assim, o periódico foi condizente com seu histórico político-ideológico.

Após a deposição de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer (PMDB) com uma proposta econômica neoliberal, o jornal se despiu de qualquer objeção ética para com o grupo político que assumiu o poder, emprestando intenso apoio político e econômico ao novo governo. Durante o ano de 2016, em seu *Espaço Aberto* para debates à folha, o jornal censurou qualquer chance de debate e abriu espaço apenas para articulistas que endossassem as suas posições (GUILHERME, 2022). Com Temer no poder, apresentou uma série de reportagens para “a reconstrução do Brasil”, todas elas, propostas para reduzir os direitos trabalhistas e a ação do Estado na economia (GUILHERME, 2018b). Quando Temer foi

pressionado politicamente, o jornal atuou como seu advogado de defesa, relevando as acusações de corrupção contra ele no objetivo de salvar as “reformas” propostas pelo governo peemedebista (GUILHERME, 2018c).

Referências

Documentos

Jornal O Estado de S. Paulo edições de:

1994: n. 36.875.

2011: n. 42.812; n. 42.821; n. 42.831; n. 42.832; n. 42.835; n. 42.872; n. 42.877; n. 42.899; n. 42.909; n. 42.911; n. 42.920; n. 42.925; n. 42.9653; n. 42.988; n. 42.994; n. 43.042; n. 43.053; n. 43.081; n. 43.085; n. 43.112; n. 43.119; n. 43.145 e n. 43.154.

2012: n. 43.176; n. 43.180; n. 43.219; n. 42.863; n. 43.240; n. 42.876; n. 43.254; n. 43.268; n. 43.271; n. 43.278; n. 43.284; n. 43.299; n. 43.316; n. 42.954; n. 43.322; n. 43.339; n. 43.378; n. 43.378; n. 43.016; n. 43.384; n. 43.394; n. 43.399; n. 43.402; n. 43.429; n. 43.451; n. 43.455; n. 43.469; n. 43.472 e n. 43.538.

2013: n. 43.543; n. 43.545; n. 43.545; n. 43.581; n. 43.236; n. 43.246; n. 43.247; n. 43.625; n. 43.637; n. 43.637; n. 43.283; n. 43.653; n. 43.659; n. 43.295; n. 43.691; n. 44.070; n. 43.712; n. 43.715; n. 44.082; n. 43.722; n. 43.732; n. 43.742; n. 44.190; n. 44.131; n. 43.757; n. 44.124; n. 44.132; n. 43.768; n. 43.777; n. 43.789; n. 43.790; n. 43.799; n. 43.803; n. 43.820; n. 43.823; n. 43.843; n. 43.852; n. 44.234; n. 43.874; n. 43.878; n. 43.884; n. 43.901 e n. 43.904.

2014: n. 43.906; n. 43.913; n. 43.916; n. 43.917; n. 43.922; n. 43.924; n. 43.945; n. 44.949; n. 43.957; n. 43.962; n. 43.964; n. 43.964; n. 43.968; n. 43.986; n. 43.992; n. 44.037; n. 44.042; n. 44.043; n. 44.054; n. 44.055; n. 44.068; n. 44.075; n. 44.087; n. 44.088; n. 44.096; n. 44.100; n. 44.104; n. 44.110; n. 44.113; n. 44.127; n. 44.132; n. 44.133; n. 44.146; n. 44.159; n. 44.164; n. 44.183; n. 44.192; n. 44.203; n. 44.208; n. 44.219; n. 44.236; n. 44.243; n. 44.244; n. 44.257 e n. 44.258.

2015: n. 44.270; n. 44.292; n. 44.298; n. 44.301; n. 44.316; n.44.337; n. 44.354; n. 44.359; n. 44.360; n. 44.376; n. 44.380; n. 44.395; n. 44.397; n. 44.411; n. 44.419; n. 44.425; n. 44.435; n. 44.463; n. 44.474; n. 44.481; n. 44.488; n. 44.509; n. 44.514; n. 44.519; n. 44.523; n. 44.525; n. 44.543; n. 44.556; n. 44.559; n. 44.592; n. 44.613; n. 44.617; n. 44.620; n. 44.622; n. 44.626 e n. 44.633.

2016: n. 44.655 e n. 44.662.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

Outros Tempos, vol. 20, n. 35, 2023, p. 72-101. ISSN: 1808-8031

BOITO JR. Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 299-315

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

DIAS, Luiz Antonio; SOUZA, Rafael Lopes. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 33-58.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. *Revista Dimensões*, v. 40, p. 199-223, jan./jun. 2018a.

GUILHERME, Cássio Augusto. De volta ao passado: a proposta neoliberal do Estadão no pós-golpe. *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, n. 208, p. 66-74, set. 2018b.

GUILHERME, Cássio Augusto. Rouba mas reforma: o *Estadão* como advogado de defesa de Michel Temer. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 24., 2018, Guarulhos. Anais [...], Guarulhos, 2018c. p. 1-17.

GUILHERME, Cássio Augusto. A grande imprensa censura o debate: a doutrinação ideológica nas páginas do *Estadão* (2016). *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, n. 233, p. 181-193, mar./abr. 2022.

LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.